

- 7 SET 1985

Na rota de colisão

Economia - Brasil

O programa de ajustamento da economia brasileira fora de esquadro, monitorado de fora para dentro pelo FMI, único auditor de confiança dos banqueiros internacionais, "não pode ser realizado com casca e tudo e fim de papo" — proclama o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, titular da Assessoria Econômica Especial do Ministério da Fazenda. Logo, temos de levar ao FMI, na semana que vem, um recado solene: o Brasil, que se imagina um devedor soberano, vai recauchutar a economia por sua própria conta e risco e precisa de pelo menos 90 dias para remontar suas contas, refazer seus planos e recalibrar suas metas. Por conta disso, o novo acordo com o FMI, sinal verde para a renegociação com os bancos, fica protelado para janeiro ou fevereiro do ano que vem. Até lá, estaremos honrando nossos compromissos em dia, agora que os credores, bondosamente, deram de prorrogar os "papagaios" do crédito de importação e do encaixe dos bancos brasileiros no exterior.

Em tom necessariamente informal, como manda o protocolo bancário, o ministro Dilson Funaro viaja para Washington para colocar essa posição brasileira na mesa de reflexão dos burocratas do FMI e dos executivos do comitê Rhodes, colosso dos 814 bancos credores do Brasil.

Interrupção da negociação, vulgo carta de intenção?

Luiz Gonzaga Belluzzo diz que não, bem ao contrário, a verdadeira negociação começa exatamente agora, porque inaugurando uma postura brasileira "realista": não podemos pagar a dívida com recessão supostamente corretiva dos desvios internos da economia desajustada. A fórmula aviada pelo FMI, em todos os tempos e em todos os lugares, não funciona no caso e no momento brasileiro. Aqui, o remédio vira veneno. Até porque, segundo Belluzzo, não basta monitorar as contas do país devedor: é preciso patrulhar as contas do país credor — onde nascem e crescem e se sustentam os juros reais mais elevados da história nada católica do capitalismo internacional.

Se vamos ou não macular a "verdade" dos bancos, são outros quinhentos por cento. Politicamente, vale o registro: o Brasil não conseguirá trabalhar e produzir a carga plena, como convém a qualquer País, empresa ou indivíduo pilhado na insolvência, se o bloco credor não retirar a bota de ferro do "serviço da

dívida", estupidamente escorchante, de suas carotidas econômicas. O saldo comercial, feito com "déficit" público, não paga sequer a massa de juros. Sociedade em construção, economia de investimento, passamos de receptor a doador de capital líquido.

A insanidade dos bancos credores, na esteira do desperdício dos governos devedores, desloca a discussão técnica para a avaliação ética da "debt crisis". Sim, temos culpa no cartório da vida: gastamos mal o dinheiro dos outros. Mas desde 1980, na explosão dos juros, estamos expiando esse pecado com todas as penas do purgatório, na observação pasteurizada de Paul Volcker, ministro da moeda dos Estados Unidos:

"A taxa de juros desgarrou-se da inflação, da teoria e até da história. Esse boomerang voltará à cabeça dos bancos".

Acabo de lançar um livro sobre o assunto (Os Juros Subversivos, da Brasiliense, já na quinta edição, em apenas três semanas): o luxuoso "titanic" dos credores insanos, batidos pela tempestade do crédito perverso e do comércio injusto, está em rota de colisão com o "iceberg" dos devedores inermes, catástrofe projetada (no meu livro) para 1988.

A massa crítica do "iceberg" de 32 metros de altura, fora d'água, aproxima de US\$ 110 bilhões por ano, quase US\$ 10 bilhões por mês. Os financistas e plantão apóstatam na eficácia das rotinas bancárias e desprezam qualquer proposta de solução "não convencional", rotulada de utópica e demagógica, na base do não vi, não li, não ouvi e não gostei.

Teatro da catástrofe que se aproxima, o Atlântico Norte não se deixa tocar pelos resmungos intermitentes dos devedores perdulários campeões da "rationale" geopolítica, americanos e europeus não enxergam meio palmo na cerração da "debt crisis", enquanto o FMI, farol de neblina do sistema, exige que a rota de colisão seja interrompida por desvio de curso, não do navio, mas do "iceberg".

Tanto isso é verdade que as patrulhas expedicionárias do FMI batem o ponto no meio das focas atarantadas do "iceberg", quando deveriam estar dando expediente integral na sala de comando do barco desavisado, capital jogando cartas no salão oval da primeira classe.

Argentina: Bolívia, México, Peru bem que tentaram alterar o curso do "iceberg" e não conseguiram: a massa de gelo da crise interna desloca-se por inércia.